

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Histórico de Revisões

Data	Versão
Maio/24	1.0

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e se refere ao **Procedimento Apuratório (Apuração Sumária e/ou Sindicância Administrativa)**.

A aplicação desta Política será pautada pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6º da LGPD dentre eles, o da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso, da qualidade dos dados, da transparência, da prevenção, da não discriminação e o da responsabilização e da prestação de contas.

Os destinatários desta Política são os servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

1. DEFINIÇÕES:

Para melhor compreensão deste documento, nesta Política de Privacidade, consideram-se:

- a) Dado Pessoal: Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
- b) Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- c) Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- d) Agentes de tratamento: O controlador e o operador. Os indivíduos subordinados ou vinculados, como os funcionários, os agentes públicos desta municipalidade ou as equipes de trabalho de um órgão ou de uma

entidade, que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento não serão considerados como controladores ou operadores;

- e) Controlador: órgão da administração direta ou entidade da administração indireta, do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a quem compete as principais decisões relativas aos elementos essenciais para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como a definição da natureza dos dados pessoais tratados e a duração do tratamento;
- f) Controladoria Conjunta: determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD;
- g) Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.
- h) Suboperador: contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, podendo ser equiparado ao operador perante LGPD em relação às atividades que foi contratado para executar, no que se refere às responsabilidades;
- i) Encarregado: pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidades e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD
- j) Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- k) Dado Anonimizado: Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- l) Autoridade Nacional: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- m) Banco de Dados: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- n) Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma

finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.

- o) Incidente de segurança com dados pessoais: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou, ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais.
- p) Órgão de Pesquisa: Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituído sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.
- q) Transferência Internacional de Dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
- r) Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- s) Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:

2.1. O tratamento de dados é realizado com base no art. 7º, incisos II, art. 11, inciso II, alínea “a” da LGPD e se limita ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias pela Controladora, SMS-Rio.

3. CONTROLADOR:

3.1. **Nome do Controlador: Secretaria Municipal de Saúde**

3.2. **Endereço do Controlador: Rua Afonso Cavalcanti, 455, bloco I, 6º, 7º e 8º**

andares

3.3. **Endereço eletrônico do Controlador:** cprs@rio.rj.gov.br

3.4. **Telefone para contato:** 3971-4977 / 3973/6820 / 2220-3201

3.5. **Nome do encarregado de dados do Controlador:** Maria Fernanda Bocayuva Viana

3.5.1. **E-mail do encarregado de dados do Controlador:** O usuário poderá entrar em contato por meio do e-mail fernanda.bocayuva@rio.rj.gov.br, para sanar quaisquer dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou para obter mais informações sobre o tratamento dos dados realizado com fundamento na LGPD.

4. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- a) **Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II):** é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- b) **Direito de retificação (Art. 18, inciso III):** é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- c) **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV):** é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d) **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

5. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:

Para o devido processamento do **Procedimento Apuratório (Apuração Sumária e/ou Sindicância Administrativa)** haverá o tratamento dos seguintes dados pessoais:

- Nome completo;
- Nome Social;
- Raça;
- Sexo;
- Categoria Funcional;
- Matrícula;
- Unidade de lotação;
- Cargo comissionado/Função gratificada;
- Raça;
- Sexo;
- Número de inscrição no CPF;
- Número de telefone fixo com DDD;
- Número de celular com DDD;
- Endereço de e-mail;
- Endereço residencial.

5.1. Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis:

O serviço realizará tratamento de dados pessoais sensíveis com base no art. 5º, inciso II, art. 11, incisos II, alínea “a” e o art. 23, inciso I do caput, da LGPD, no caso do dado pessoal sensível do usuário ser o objeto primário ou secundário da Sindicância Administrativa.

6. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:

Os dados pessoais utilizados no serviço são coletados por meio de informações prestadas pelo usuário no momento da declaração junto à Comissão de Sindicância a qual será formalizada em documento próprio com assinatura do usuário e dos membros da Comissão.

7. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE

7.1. FINALIDADE DO TRATAMENTO

- **Nome completo:** identificação do usuário
- **Nome social:** identificação do usuário
- **Categoria Funcional:** identificação do usuário agente público desta municipalidade
- **Matrícula:** identificação do usuário agente público desta municipalidade
- **Unidade de lotação:** identificação do usuário agente público desta municipalidade
- **Cargo comissionado/Função gratificada:** identificação do usuário agente público desta municipalidade
- **Raça:** identificação do usuário no caso do dado pessoal sensível ser objeto

- primário ou secundário da Sindicância Administrativa
- **Sexo:** identificação do usuário no caso do dado pessoal sensível ser objeto primário ou secundário da Sindicância Administrativa
 - **Número de inscrição no CPF:** identificação do usuário
 - **Número de telefone fixo com DDD:** comunicação com o usuário
 - **Número de celular com DDD:** comunicação com o usuário
 - **Endereço de e-mail:** meio de comunicação com o usuário
 - **Endereço residencial:** meio de comunicação com o usuário

7.2. TRATAMENTO

Os dados pessoais utilizados no **Procedimento Apuratório (Apuração Sumária e/ou Sindicância Administrativa)** têm como tratamento, a coleta, a avaliação, o compartilhamento, o armazenamento, o processamento e a utilização, possuindo como finalidades específicas, a identificação do servidor e processamento do processo apuratório dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

8. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:

8.1. Divulgação dos dados pela Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial): Os dados pessoais inseridos em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e, compartilhados com a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A – Imprensa da Cidade, visando à publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, tem como finalidade específica, como determina o artigo 26 da LGPD, a concretização dos princípios da publicidade (artigo 37, caput, da CF/88) e da transparência (arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II e 216, § 2º da CF/88, regulamentados pela Lei 12.527/2011).

8.2. Compartilhamento dos dados em processos físicos e digitais: Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inseridos no processo.rio, para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal 9.784/99 e do Decreto Municipal 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II, da LGPD.

9. SEGURANÇA DOS DADOS:

O **Procedimento Apuratório (Apuração Sumária e/ou Sindicância Administrativa)** se submete à Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal, constante do DECRETO RIO Nº 53700, de 8 de dezembro de 2023, nos termos da RESOLUÇÃO CVL Nº 216, de 15 de

dezembro de 2023.

10. MUDANÇAS:

A presente **versão 1.0** deste Termo de Uso e deste Aviso (ou desta Política) de Privacidade foi atualizada pela última vez em **Maior/24**.

O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos usuários.

11. FORO:

Este Aviso será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.